



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA GOMES
VÂNIA LÚCIA FERNANDES DE OLIVEIRA ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO E CULTURA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA EM BREVES-PA: O TRABALHO DOCENTE NA
CLASSE REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

BREVES – PA
2019

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA GOMES
VÂNIA LÚCIA FERNANDES DE OLIVEIRA ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO E CULTURA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM
BREVES-PA: o trabalho docente na classe regular do ensino fundamental**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação e
Ciências Humanas da Universidade
federal do Pará, *Campus* Universitário do
Marajó – Breves, para obtenção do Grau
de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Carlos Rodrigo
Moraes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

A447e ALMEIDA, VÂNIA LÚCIA FERNANDES DE OLIVEIRA
A EDUCAÇÃO E CULTURA DA INCLUSÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM BREVES-PA : O
TRABALHO DOCENTE NA CLASSE REGULAR DO
ENSINO FUNDAMENTAL / VÂNIA LÚCIA FERNANDES DE
OLIVEIRA ALMEIDA, MARIA DO SOCORRO DE SOUZA
GOMES . — 2019.
51 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Esp. Carlos Rodrigo Moraes Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Faculdade
de Educação, Campus Universitário de Breves,
Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.

1. INCLUSÃO SOCIAL. 2. MARAJÓ. 3. PESSOA
COM DEFICIÊNCIA. I. Título.

CDD 371.9

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as iniciativas para a inclusão da pessoa com deficiência proveniente das ações realizadas através do município de Breves e no ensino Fundamental. De cunho qualitativo, a investigação adota um processo metodológico baseado em uma pesquisa de campo exploratória realizada em meio a esfera de atuação do Ensino Fundamental Ofertado Pelo município de Breves nas escolas, obtendo como principais interlocutores a coordenação do centro HALEFF PINHEIRO, e professores da rede municipal e pessoas com deficiência atendidas pelas escolas bem como seus familiares. Para a coleta de dados, utilizou-se instrumentos como questionários e entrevista gravada. Os resultados da pesquisa apontam que as práticas empreendidas pelos professores de educação especial advindas da interação da sociedade como instrumento de transformação de ação têm sido frutíferas no sentido de fortalecer a inclusão da pessoa com deficiência em Breves no arquipélago do Marajó.

Palavras – Chave: Inclusão Social; Marajó; Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze initiatives for inclusion of people with disabilities from actions carried out through the municipality of Breves and in elementary school. From a qualitative point of view, the research adopts a methodological process based on an exploratory field research carried out in the middle of the sphere of activity of the Elementary Education offered by the municipality of Breves in schools, obtaining as main interlocutors the coordination of the HALEFF PINHEIRO center, and teachers of the network. persons with disabilities who are served by schools as well as their families. For data collection, instruments such as questionnaires and recorded interviews were used. The results of the research indicate that the practices undertaken by special education teachers arising from the interaction of society as an instrument of action transformation have been fruitful in strengthening the inclusion of people with disabilities in Breves of the Marajó archipelago.

Keywords: Disabled Person; Marajó; Social inclusion.

AGRADECIMENTOS (VANIA)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me manteve forte durante este percurso para que eu pudesse superar os momentos de dificuldade que enfrentei ao longo dos anos de graduação, sempre enviando verdadeiros anjos da guarda que sempre me estenderam a mão, em memória ao meu pai Adivaldo Pereira de Oliveira, minha mãe Maria Domingas Correa Fernandes, meu irmão Waldir Fernandes de Oliveira por serem minha base, por sempre acreditarem na educação como forma de mudar a realidade, por todo apoio e por terem sonhos maiores que os meus.

Aos meus irmãos Vera, Voneide, Waltinho, Vanda, Waldecir, Vanessa, Marília, Maila e tia Maria Raimunda, meus sobrinhos que são minha força nos dias difíceis e por serem meus maiores incentivadores em busca de uma vida melhor.

Ao meu marido Anderson Balieiro de Almeida que foi um grande incentivador nessa longa, cansativa e gratificante caminhada. Que esteve comigo desde que tudo isso era apenas um sonho, que sempre me ajudou em tudo, dentro de nossas condições financeira sempre reservando uma parte pra vida acadêmica, que me fez perseverar dentro desta instituição que tanto admiro, à ele minha eterna gratidão.

Aos meus filhos Weyda Angel e Weydhan Kelvyn que sempre entenderam minha ausência, mas me apoiavam nessa caminhada e serem meu principal incentivo na vida.

A família Bitarniana em especial ao Diretores Raimundo Câmara, Jedielson Cruz e João, as colegas Terezinha, Marlete, Eliete, Marilene, Rosa, Daniele, John, Evandro, Fernando, que me ajudaram direta e indiretamente sempre que precisei.

As meus colegas de turma Pedagogia 2013, e em especial as minhas amigas de turma que tornaram-se amigas de vida, Aline Souza, Bianca, Marluce, Jaqueline, Anderson, Elbison, Rogerio, Rômulo, por terem dividido essa caminhada comigo, a minha amiga e parceira de trabalho Maria do Socorro, pelo apoio que me deu sempre que precisei, pois sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui.

A todos os professores que passaram por nossa turma durante os 4 anos de graduação, pela contribuição em minha formação e em especial ao meu professor orientador Carlos Rodrigo Moraes de Souza por todo empenho e dedicação ao nosso projeto de pesquisa.

AGRADECIMENTOS (SOCORRO)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me manteve forte durante este percurso para que eu pudesse superar os momentos de dificuldade que enfrentei ao longo dos anos de graduação, ao meu pai Manoel da Silva Gomes, e minha mãe Altamira de Souza Gomes por serem minha base, por sempre acreditarem em mim, por todo apoio e por terem sonhos maiores que os meus.

Ao meu esposo Samuel Menezes, lhe agradeço por tudo o que ele fez e faz por mim, agradeço a paciência e disponibilidade de estar presente sempre que precisei obrigada por me ajudar a transformar de certa forma a nossa realidade. Aos meus amigos e familiares que me ajudaram direta e indiretamente sempre que precisei.

Aos meus filhos Marielly Gomes e Samuel Willian Pompeu que são a razão pela qual eu busco crescer todos os dias como ser humano, como pessoa como mãe, a vocês dedico todo o meu amor, carinho e atenção e agradeço a Deus todos os dias por ter me presenteado com filhos maravilhosos como vocês, oro a Deus para que sejam pessoas humildes e gentis.

Ao meu eterno irmão Docival de Souza Gomes que foi meu grande exemplo de ser humano, que me ensinou que a educação é o único meio de transformar o futuro de alguém, a ele todo meu agradecimento, todo meu infinito amor, obrigada pelo tempo dedicado a mim, obrigada por me incentivar a continuar os estudos, obrigada por não desistir de mim, à ele minha eterna gratidão.

As meus colegas de turma Pedagogia 2013, e em especial as minhas amigas de turma que tornaram-se amigas de vida Aline Souza, Jaqueline, Regiane Martins, Anderson Galúcio, Elbison Bispo, Rogerio Pureza e Rômulo Rebelo por terem dividido essa caminhada comigo, a minha amiga e parceira de trabalho Vânia Lúcia, pelos dias de trabalho duro e pelo apoio que me deu sempre que precisei, pois sabemos o quanto foi difícil chegar até aqui.

A todos os professores que passaram por nossa turma durante os 4 anos de graduação, pela contribuição em minha formação e em especial ao meu professor orientador Carlos Rodrigo Moraes de Souza por todo empenho e dedicação ao nosso projeto de pesquisa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. OBJETIVOS	08
2.1 PROBLEMATICA	08
2.2 METODOLOGIA	08
3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	09
3.1 UMA BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	12
3.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES	17
4. LEIS E DECRETOS	21
4.1 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	21
4.2 AS LEIS DA ACESSIBILIDADE 10.098/2000 E UM DIREITO DE TODOS	23
4.3 A LBI E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS	24
5. AÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES.....	26
5.1– O PERFIL DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES?	27
5.2- COMO A SEMED COLABORA COM O CENTRO HALLEF?	28
5.3- A EQUIPE DO CENTRO HALLEF E SUAS AÇÕES.....	28
5.4 – QUAIS AS METODOLOGIAS ADOTADAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?	29
5.5 – A QUEM É DESTINADO O ATENDIMENTO NO CENTRO HALLEF?	30
5.6 - COMO ACONTECE A RELAÇÃO ENTRE O CENTRO E A ESCOLA?	31
5.7 - COMO É FEITA A AVALIAÇÃO DESSES ALUNOS?	32
5.8 -QUAIS AS DIFICULDADES NA AVALIAÇÃO?	32
5.9- TEM UMA FORMAÇÃO OFERTADA AS ESCOLAS PELO CAEE HALLEF? ...	33
5.10 - O CENTRO HALLEF OFERTA CURSOS PARA OS PROFESSORES?	33
5.11 - QUESTIONÁRIO AS PROFESSORAS QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. ANEXOS.....	38
8. REFERENCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas foram estabelecidas inúmeras políticas educacionais de inclusão social de pessoas com deficiências. Através delas iniciou-se um processo de transformação de mentalidade da sociedade a respeito de grupos voltados para cada deficiências, haja vista o histórico de preconceito e segregação arraigado na concepção de grande parte das pessoas.

A emergência de tais políticas agregou a sociedade organizada, primordialmente, direitos constituídos legalmente, onde todos pudessem apoiar-se para reivindicar uma vida digna. A legislação vigente objetiva proporcionar as pessoas com deficiências uma vida independente e autônoma, estabelecendo para isto diretrizes educacionais e assistencialistas para que a pessoa com deficiência esteja inserida em um ambiente, constantemente, estimulador, sejam quais forem estes ambientes a que as pessoas venham a frequentar.

Entretanto, não nos é desconhecido dizer que em nosso país as leis são cumpridas inadequada ou insuficientemente, até mesmo pela falta de fiscalização dos cidadãos. Conquanto a existência de uma legislação específica para as pessoas com deficiências seja um passo proeminente para que haja efetiva inclusão no seio da sociedade, ainda há um distanciamento abismal entre os trâmites legais e o cotidiano vivido por estas pessoas.

Uma evidência deste fato é encontrada nas instituições públicas, que segundo o art. 3º da Lei 10. 436/2002, deveriam garantir o uso e a difusão da libras, no entanto, a pessoa surda, rotineiramente, precisa frequentar locais ou usar serviços públicos em companhia de uma parente, para que este parente possa ser a via de comunicação entre o surdo e a instituição, isto por que não há contratação de intérpretes de libras na maioria das instituições públicas.

De fato, a pessoa com deficiência foi inserida, pelo menos no papel, na sociedade e em seus acontecimentos, contudo isto não significa que as pessoas sem deficiências estejam inseridas em seu mundo, que é constituído e construído de forma diferente do nosso, a começar pela maneira de apreender o meio em que vive, que acontece pelo sentido da vida. Talvez, a pessoa com deficiência não seja a que está mais sujeita à preconceitos, mas como não estamos medindo graus de preconceitos, é preciso evidenciar que a PCD ainda vive rodeada por preconceitos e segregação.

2. OBJETIVO

No processo de escolarização da pessoa com deficiência no ensino fundamental apresenta-se relevantemente necessário aprofundar pesquisas que demonstrem a concreta situação das políticas públicas de inclusão à nível local, já que a legalidade disposta nos papéis da Constituição não garante que os direitos deste grupo social estejam sendo executados. Além do mais, as pesquisas científicas tem por premissa contribuir com novos conhecimentos nas mais diversas áreas para a comunidade onde está inserida, visando sempre buscar soluções possíveis para problemas sociais em seu redor.

2.1 PROBLEMATICA

Em geral, grande parte da sociedade é “ignorante” frente ao tema debatido aqui, pois mesmo sendo um tema de grande repercussão, as discussões estão concentradas nas universidades e nas escolas, em menor proporção. Em geral, não há participação popular significativa nos debates sobre políticas públicas de inclusão, e não somente nas políticas de inclusão. Há em reação insuficiência na contribuição das pesquisas acadêmicas, que não conseguem transpassar as portas de seus laboratórios.

2.2 METODOLOGIA

Não queremos, entretanto, focar este trabalho somente em críticas sociológicas e problematizações, deixando de apontar também o trabalho que vários grupos de educadores especialistas em educação especial vem realizando com as pessoas com as pessoas com deficiência pelo Brasil, e também no contexto educacional de Breves mais específico nas escolas e no ensino fundamental onde é o foco desta pesquisa. Usando como base vivencias em estágio curricular, em que tivemos noção da inclusão do aluno deficiente as sala regular, a atuação do professor titular e docente de apoio pedagógico, com entrevistas que corroboraram com este trabalho.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial surgiu a partir dos movimentos internacionais, que começou a se fortalecer em diversos lugares do mundo como, Estados Unidos, Europa e a parte inglesa do Canadá. O movimento foi crescendo e ganhando muitos adeptos em progressão geométrica como resultados de vários fatores, entre eles, o desdobramento de um fenômeno que se caracterizou a fase Pós-Segunda Guerra Mundial. Feridos da guerra se tornaram deficientes. Uma vez reabilitados, voltariam a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam, de algum modo, responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria em confrontos, há décadas. Apesar de danos e perdas, o saldo foi positivo. Foi então que o mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência.

Uma vez que, após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, começam a surgir clínicas e alguns serviços de reabilitação psicopedagógicos alguns mais outros menos voltados à educação. Mendes (2006) afirma que

Desde o século XVI a história da educação no Brasil vem sendo desenhada. Educadores e médicos daquele período histórico já abancavam a ideia de considerar as pessoas deficientes ineducáveis. Contudo, naquele momento, o cuidado era puramente assistencialista e institucionalizado, por meio de manicômios e abrigos.

Porém na década de 1950 na Dinamarca as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais do tipo segregados e receberam apoio administrativo incluindo em sua legislação o conceito de normalização o qual consiste em ajudar o deficiente a adquirir condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do “normal” introduzindo essa pessoa na sociedade.

Em meados da década de 70 nos Estados Unidos, já começa a se ouvir falar em inclusão. Romanelli (2003) destaca que o período entre 1960 e 1968 foi marcado pela crise da nova Pedagogia e pela articulação de tendência tecnicista, assumida pelo grupo militar e tecnocrata.

A educação nessa época passou a ser enfatizada como derivada do projeto de desenvolvimento econômico e após isso, no período de 1968/71, a educação, a escola e o ensino foram concebidos como investimentos. A nova ideologia da eficácia da produtividade refletiu nas preocupações didáticas da época, reproduzindo o ensino da disciplina à dimensão técnica, afirmando a neutralidade científica dos métodos.

Sendo que em 1961, foi publicada a lei nº 4.024 que aborda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que a pessoa com deficiência é tratada como cidadão de direito. De certa forma, não houve alteração na estrutura do ensino já que permaneceu a mesma reforma Capanema (1942), mas com a vantagem de ter sido quebrada a rigidez, permitindo a equivalência dos recursos e, portanto, a flexibilidade na passagem de um para outro. Esta lei, aponta Kassar (1999), começa a explicitar o interesse pelo deficiente, tendo em vista que, na sociedade como um todo, fala-se em ingresso à escola de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização. Portanto, o que se percebeu que a o termo Educação Especial em classes especiais surgiu devido dez anos depois a LDB a Lei 5.692/71, o qual possibilitava a criação do centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que posteriormente, na época, a expressão Educação Especial foi se firmando desde o governo de Médici (1969-1974).

Na comunidade acadêmica isso se manifestou com a criação, em 1978, do Programa de Mestrado em Educação Especial da Universidade de São Carlos (UFSCar) e do Curso de Mestrado em educação, em 1979, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O que se percebe no decorrer da trajetória da Educação Especial é que os movimentos pela sociedade inclusiva não é só o Brasil que está engajado mais também os outros países em uma luta comum pelos direitos de cerca de 15 milhões de brasileiros de pessoas com deficiência que aguardam pela oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade como tem direito. Entretanto vale lembrar que a Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando a lei pública número 94.142 de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

Vale ressaltar que o Brasil no Período Imperial (1822-1888) os doentes mentais eram tratados apenas em hospitais psiquiátricos. Os surdos e cegos eram isolados e retirados do convívio social, sendo tal isolamento completamente desnecessário. Também neste período, foram iniciados tratamentos no Hospital Psiquiátrico da Bahia, em 1874. Dessa maneira, os esforços tinham como objetivo a cura ou a correção dos “defeitos” apresentados pelos sujeitos. A intenção era buscar aproximá-los da “normalidade” através do tratamento médico, para que pudessem ter uma vida “normal” em sociedade.

Em 1889, com o advento da Proclamação da República, a Educação Especial ainda não era totalmente assumida pelo Estado. Em São Paulo e no Rio de Janeiro começaram a funcionar algumas salas de aula para alunos deficientes, vinculadas a escolas públicas, mas o acesso a elas apenas ocorreria na segunda metade do século.

Em 1891, instaura-se o Federalismo e, com isso, as responsabilidades pela política educacional aumentam; na área médica, o interesse pela educação dos deficientes começa com os serviços de higiene mental e saúde pública, que deu origem à inspeção médica escolar. A partir do século XX, os deficientes passam a ser considerados cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade.

Embora, de forma ainda muito lenta, após a Proclamação da República, a Educação Especial foi se expandindo; em 1903 o Pavilhão Bourneville, no Hospital D. Pedro II (Bahia) foi instalado para tratamento de doentes mentais, em 1911 é criada em São Paulo a inspeção médica - responsável pela criação de classes especiais e formação de pessoal para trabalhar com esta clientela.

Neste período, segundo Mendes (2001), prevaleceu o descaso em relação à Educação Especial, visto na criação de instituições para atendimento de casos mais graves, enquanto os mais leves eram ainda indiferenciados, em 1923 foi criado o Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri e o Instituto Pestalozzi de Canoas, em 1927.

Com relação aos deficientes visuais, surgiram: a União dos Cegos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1924, o Instituto Padre Chico, em São Paulo e o Sodalício da Sacra Família, no Rio de Janeiro, em 1929. Além do surgimento dessas entidades privadas começaram às preocupações, por parte da República Escolar, com os deficientes mentais. As primeiras entidades privadas contribuíram para a inclusão da Educação Especial no âmbito das instituições filantrópico-assistenciais e a sua privatização, salienta BUENO (1993).

A história da Educação Especial no Brasil iniciou-se no século dezenove e foi inspirada por experiências norte-americanas e europeias. Desde então, seu modelo assistencialista e segregativo e a condução de suas políticas estiveram quase sempre nas mesmas mãos, as de pessoas ligadas a movimentos particulares, beneficentes, de atendimento às deficiências, que até hoje detêm muito poder sobre as famílias e a opinião pública brasileira. (MANTOAN, 2005, p. 25)

Com a revolução de 1930, novas mudanças sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais ocorreram no país. A questão educacional passa a ser uma “preocupação” da própria sociedade. Nos anos seguintes, o número de entidades para atendimento de deficientes aumentou de forma significativa, no entanto não eram entidades públicas. Outro acontecimento muito importante pra Educação Especial, no final do século XX, foi a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que aconteceu na Guatemala em maio de 1999, conhecida como Convenção de Guatemala.

Essa Convenção foi promulgada pelo Brasil, por meio do Decreto n. 3.956/2001, que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e define discriminação com base na deficiência toda diferenciação, exclusão ou ainda restrição que possa impedir ou anular os direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Este Decreto vem para reforçar a importância da Educação Especial, já que, ele exige uma reinterpretação da Educação Especial compreendida no contexto da diferenciação e orienta procedimentos no sentido de tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista e de qualquer outra natureza no sentido de eliminar a discriminação e proporcionar a integração da pessoa com necessidades especiais à sociedade.

Percebemos que diante disso, fatores demonstram que a Educação Especial, na maioria dos países, compartilhava de uma mesma situação de segregação e exclusão. Os indivíduos eram simplesmente ignorados, abandonados e, muitas vezes, até mesmo assassinados, devido à sua diferença do conceito de normalidade. Durante a Idade Média, a forma de tratamento desses indivíduos se modificava de acordo com as concepções de caridade ou de castigo, esses eram os tipos de tratamento que a sociedade dava a essas pessoas que acabavam sendo excluídas.

3.1 UMA BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial vem avançando significativamente no Brasil, de acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2007) o atendimento aos indivíduos com deficiência teve seu marco inicial na época do Império em que foram criadas duas instituições: o Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant

(IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

Entre estes avanços tem vários documentos que respaldam legalmente a Educação Inclusiva, dentre eles destaca-se, a Declaração de Salamanca, de 1994, que recomenda que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro com uma Pedagogia capaz de satisfazer necessidades dos educandos. Além disso, todos os governos precisam aprimorar os seus sistemas educacionais no sentido de tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independente de limitações.

A Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que “tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” e a Convenção da ONU de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece que os Estados Partes assegurem e garantam a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência .

Na esfera federal a lei que no contexto vem reforçar e garantir que esse direito não seja violado e a Constituição federal de 1988 em seu Art. 208 determina que seja dever do Estado o Atendimento Educacional Especializado(AEE) aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. No artigo 205, a constituição define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No artigo 206, inciso I, vem garantir a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Assim como a LDB vem reforçar esse direito com a Lei Nº 9.394, de 20 de 12 Dezembro de 1996.

A Lei Nº 9.394, de 20 de 12 dezembro de 1996 (LDB) em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”, no parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”.

Porém, a Educação Especial no Brasil ainda é vista como um desafio para a nova geração de profissionais da educação, assim como para os profissionais que já

atuam na área, que pretendem tornar a inclusão algo efetivo e com bons resultados. Embora no contexto educacional, ainda predomina a falta de informação sobre as principais dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais, e a ausência de suporte pedagógico apropriado para acolhê-los adequadamente, além da precária adaptação do espaço físico.

O princípio de “inclusão” encontrado em diversas instituições de ensino brasileiras ainda é considerado um dos grandes desafios para que se tenha um avanço significativo para esses alunos, apesar de ter várias leis que dão suporte a essas pessoas como podemos citar algumas. A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da Educação Especial.

O Brasil obteve um avanço importante no processo de Educação Inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, vem preconizar que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (art. 24, inciso V) e oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (art. 37).

Com o surgimento do Decreto 1999, nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular. Acabou contribuindo para que alguns alunos tivessem mais seus direitos garantidos uma vez que, mesmo assim acabam tendo esses direitos violados na maioria das vezes mesmo que acompanhando, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, muitas escolas ainda não se adequaram para receber esses alunos, deixando na maioria das vezes esses alunos fora da escola ou sem atendimento adequado e esquecido nas salas regulares, mesmo sabem que eles têm seus garantidos em lei assim como a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Portanto, são varias leis que amparam, mas que infelizmente ainda deixam de ser cumpridas na maioria das vezes por falta de conhecimento ou por negligencia. A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, vem afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com

base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto foi um dos que teve grande repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da Educação Especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, a necessidade de tornar a escola mais inclusiva, acessível para todos tem gerado diversas discussões no meio pedagógico quanto no jurídico. Apesar disso, ainda existe um distanciamento entre a teoria proposta e a prática adotada nas escolas públicas brasileiras. Ao mesmo tempo em que existe um preconceito mascarado, também é possível verificar diversos profissionais dedicados a melhorar a situação da Educação Especial no Brasil, começando pelo termo utilizado para identificar os Alunos com Necessidades Especiais muitas vezes adotado de forma errônea. Segundo Mazzotta (1996),

É necessário enfatizar que as expressões “deficientes” e “portadores de necessidades especiais” são considerados inadequados, sendo a expressão apropriada para o alunado da Educação Especial, numa abordagem dinâmica, educandos com necessidades educacionais especiais. Em primeiro lugar porque não se entende como uma pessoa portar necessidades, trazer consigo ou em si, mas entende-se que possa apresentar ou manifestar necessidades especiais em determinadas situações.

Perceber-se que, muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, precisamos garantir que essas conquistas, expressas nas leis, realmente possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, pois o governo não tem conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos do ensino especial na escola. Pois a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com Necessidades Especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno deficiente mental na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola esteja preparada para dar conta de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

3.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES

O contexto histórico da Educação Especial no município de Breves surgiu em meados da década de 1980, período de implantação no município através da divisão 13^a URE, unidade Regional de educação. A Educação Especial iniciou de fato em Breves no ano de 1985, com atendimentos domiciliar, e que posteriormente foram encaminhados para as escolas o qual havia Educação Especial no processo de integração, o qual eram conhecidas como classes especiais o qual existiu por muitos anos, onde os alunos estudavam nas escolas porém em salas separadas do ensino regular, pois o que se acreditava-se era que eles não tinham a capacidade de aprender nem de conviver com os alunos da classe regular, principalmente os alunos com deficiência intelectual, múltipla e psicose.

A Educação Especial nessa época de 1985 á 1997 era coordenado pelas professoras Maria José Barbosa da Silva, Maria do Socorro Vasconcelos, Maria do Perpétuo Socorro Gomes Rodrigues, Maria Dalva Machado Marques e professor Lindomar Pereira. Após o período 1998 á 2010 de municipalização do ensino fundamental que agora passava a ser de responsabilidade do município a Educação Especial teve como coordenadores a frente dessa luta as professoras Sônia Regina Andrade, Joana Darc Machado Marques, e Carla Tereza Leão Matos.

No período de 2010 á 2019, a Educação Especial passa a ser de responsabilidade do CAEE Hallef Pinheiro Vasconcelos/SEMED/BREVES. O qual teve os seguintes coordenadores, Edivana Vieira Praia, Simeir Miranda e professor Vitor Serra Rodrigues e atualmente a professora Carla Tereza Leão Matos. Vale ressaltar que as escolas pioneiras no município de Breves foram Lauro Sodré e Estevão Gomes, o qual foram a cada dia se estruturando para receber os alunos, porém com essa estruturação, surgiu a necessidade de formação (capacitação) das professoras para atuarem na Educação Especial. Esse estudo era direcionado a professores que possuíam apenas, o magistério ou ensino Normal, para assim atuar em determinadas modalidades de ensino, a partir desse estudo adicional as professoras poderiam atuar na Educação Especial. De acordo com Lobato (2010),

Nesta época, para atuar na Educação Especial de Breves, os professores necessitam ir á Belém fazer os estudos adicionais e no retorno á Breves, assumiam o compromisso de atuação por no mínimo três anos de prestação de serviço. Tratava-se de um compromisso educacional com as classes especiais, pois havia todo um gasto por parte do estado em capacitar com os

estudos adicionais, então teria que haver um retorno por parte dos profissionais (LOBATO, 2010, pg. 36).

Portanto, a contribuição do estado com a formação de professores da Educação Especial de Breves, foi de grande importância já que no município não tinha universidades e esses professores necessitavam de uma formação para atuarem com alunos especiais. Durante a coordenação da professora Socorro Lélis, vários projetos foram desenvolvidos, entre eles um dos mais importantes que se tornou um marco na história da Educação Especial em Breves que foi a construção das salas de Educação Especial, das escolas Dr. Lauro Sodré e Rosilda Ferreira, que foi financiado pelo Banco do Brasil (LOBATO, 2010).

A professora coordenadora Sônia Regina Fernandes, desenvolveu ações relevantes no município de Breves, agora suas ações eram desenvolvidas no prédio da SEMED, e não mais no prédio da 13ª Unidade Regional de educação. Um dos projetos marcantes dessa coordenação, foi a criação do grupo Coreográfico “Corpo, Expressão e Movimento”, criado junto professor de educação física Sérgio Fernandes—diretor artístico e coreógrafo. O grupo surgiu com objetivo de sensibilizar a sociedade na produção de conhecimento na área da Educação Especial, por meio da dança, o grupo era composto por alunos da Educação Especial e inclusive das escolas Rosilda Ferreira e Lauro Sodré. O grupo foi catalogado pelo Instituto de Artes do Pará (IAP). Tendo como base a constituição Federal em seu artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano de 2001 á 2008, quem assumir a coordenação da Educação Especial era a professora Joana Darc Machado, neste período mais escolas começaram a aceitar trabalhar com alunos especiais e a sociedade começava a olhar essas crianças com outros olhos em relação a sua deficiência, muitas ações foram realizadas, de maneira que passou a atender a resolução do CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as diretrizes nacionais para Educação Especial na educação Básica em seu Art. 7º que pontua que os atendimentos aos alunos deveria ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qual etapa ou modalidade da educação (BRASIL, 2001). Que posteriormente a coordenação do centro Especializado foi

assumida pela professora Carla Tereza Matos o qual fazia questão que a inclusão realmente acontecesse nas escolas, uma vez que a inclusão escolar em Breves era um reflexo das Leis Inter/nacionais promulgadas, em destaque o documento “Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL,2008). De acordo com o documento:

O movimento mundial pela Educação Inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008, p. 1).

Com isso o número de alunos inclusos em turmas regulares aumentou bastante na década de 2000. As deficiências atendidas nas escolas da cidade de Breves eram; Deficiência intelectual, Deficiência Múltipla, Deficiência Física, Deficiência Visual e Deficiência Auditiva/Surdez. Sendo que as escolas que atendiam esses alunos era: Rosilda Ferreira, Estevão Gomes, Lauro Sodré, Manoel Sena, CEDIM, Jolenas Nascimento, Emerentina Moreira, Bom Jesus, Margarida Nêmer, Maria Rafols, Áurea Cunha, Santo Agostinho, Odizia Farias, Adventista, Maria Câmara Paes, Elizete Nunes e Gerson Peres. E foi exatamente neste período que a língua Brasileira de Sinais (Libras) começou a ganhar espaço na cidade de Breves, em especial na escola Lauro Sodré o qual era desenvolvido pelo professor Edwilson Vaz da silva e professora Eleny Maria Pereira, que posteriormente foram sendo ministrada por outros professores o qual começaram a fazer parte do quadro funcional na educação de surdos de Breves, vale destaca que os professores Edwilson Vaz e José Senna foram os primeiros professores surdos a serem contratados pela SEMED para atuar na educação de surdos de Breves. Mas, a Libras só ganhou destaque mesmo na cidade de Breves por influência do decreto Federal nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras.

Em 2006 foi um ano muito significativo na Educação Especial de Breves, pois neste a campanha da fraternidade abordou as temáticas das pessoas com deficiência, com a proposta de dar mais atenção às pessoas com deficiência no País, neste mesmo período, a coordenação de Educação Especial, passou a contar com o apoio de uma equipe composta por, professoras Psicopedagogas, Pedagogos Especialistas em Educação Especial, professores atuando por meio do Ensino Itinerante e apoio Pedagógico Especializados nas escolas com turmas inclusivas. Esta equipe realizou inúmeras ações voltadas para professores e alunos da Educação Especial.

O documento Base do plano Municipal de educação do Município de Breves (2015-2025), Anexo Único da Lei n.º 2.388/2015 traz reflexões sobre inclusão escolar em Breves: “Somente em 2009, esse movimento de Educação Inclusiva ganhou força, por meio da equipe de técnicos da coordenação da Educação Especial”. Assim, em 2010 foi inaugurado o Centro Hallef Pinheiro, possibilitando um maior alcance das ações pedagógicas para apoiar os alunos da Educação Especial e seus familiares com acesso a profissionais qualificados, sendo uma referência no município de Breves. O centro tem por objetivo apoiar a inclusão educacional no município, com a função de complementar ou suplementar a escolarização do aluno através do atendimento educacional especializado AEE, realizado no turno oposto do ensino regular. O centro atende 122 alunos das diferentes áreas de deficiências.

Na coordenação da professora Simei Miranda, muitas ações foram realizadas, mas a que mais se destaca é o projeto FISIOAQUÁTICA que busca promover, no meio hídrico, atividades que contribuam de forma significativa, o desenvolvimento da aprendizagem das crianças com diagnóstico de Paralisia Cerebral (PC) da rede de ensino do município de Breves, que inclusive esse projeto já faz parte de duas escolas do meio rural de Breves que a Escola Lawton e a escola José de Matos. Entretanto, no meio rural a primeira escola a ser contemplada com a Educação Especial foi a escola Ivo Mainardi em 2009.

Também na coordenação da professora Simei Miranda que no ano seguinte foi dada continuidade pelo Professor Victor Serra Rodrigues, o município passou a atuar ativamente com a inclusão de alunos nas classes regulares, agora no meio ribeirinho de Breves em que o sistema educacional da Educação Especial no município passa a ser composto por 574 alunos distribuídos em 101 escolas distribuídas no meio rural e urbano. Visando buscar a efetiva melhoria da inclusão no município procuram trabalhar com levantamentos de dados, tais como a análise de relatórios de acompanhamento pedagógico, sobre o desenvolvimento dos alunos, ficha individual e agrupamentos de alunos nas escolas inclusivas e visitas periódicas nas escolas.

É importante destacar que no município de Breves são desenvolvidas várias ações voltadas ao universo da pessoa com deficiência, dentre elas projetos relevantes que apresentaremos a seguir: Movimento pela Inclusão da Libras (MIL); Associação dos Surdos de Breves (ASBRE); Associação de Pais e Amigos dos Autistas do Marajó (AMA); Movimento pela Inclusão do Marajó (MIM); Testemunhas de Jeová, e a Evangelização em Língua de Sinais e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Portanto, a Educação Especial no município de Breves está diretamente ligada com o processo histórico desta modalidade de ensino em seu âmbito Global, Nacional e Regional e que está em constante mudanças e que nos, permite concluir que o atendimento dos alunos da Educação Especial é proveniente de movimentos que seguem as discursões que acontece no contexto nacional e internacional.

4. LEIS E DECRETOS

4.1 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o surgimento, da declaração de Salamanca, os deficientes que antes eram segregados e discriminados, passam a ser reconhecidos como pessoas que necessitam de respeito e educação de qualidade. Na perspectiva do processo de inclusão, a declaração de Salamanca veio para garantir as políticas educacionais no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todo, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças das pessoas com necessidades especiais, dessa forma, veio garantir não só o acesso a essa educação, mas também, à permanência desses indivíduos até a sua formação.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha). Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

A declaração de Salamanca defende que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem às necessidades dos indivíduos nelas matriculados, tendo como base o artigo 11 da Declaração de Salamanca “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”. Ela defende os princípios da inclusão tendo a função de promover a convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam com necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou

nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Percebermos que, a Declaração de Salamanca veio pra igualar os direitos de todos os indivíduos à educação de qualidade, para MRECH (1998), a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. A Declaração é iniciada com a seguinte ideia:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5 -6).

Portanto, uma escola é inclusiva, deve unificar à comunidade como também apresentar uma parceria, possibilitando em seus docentes um sentimento de colaboração e cooperação com a instituição. Adotando uma pedagogia de responsabilidade entre os profissionais da educação favorecendo uma a aprendizagem significativa dos alunos envolvidos nesse processo. Entretanto, para uma escola inclusiva, os professores têm por obrigação conhecer a fundo as possibilidades e as limitações dos seus alunos com necessidades educacionais especiais.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educacionais especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 28).

Portanto, a Declaração de Salamanca, tem uma visão de inclusão que nos revela uma situação mais ampla e não de uma minoria, pois o processo de inclusão citado pela Declaração nos demonstra uma inclusão social que atinge a todos e não somente aos deficientes e isso é uma situação que tem de ser compreendida por todos. Entender que a inclusão não é somente para o deficiente, mas para todas as pessoas que se encontrem em situações desfavorecidas educacionalmente, socialmente e financeiramente.

4.2 AS LEIS DA ACESSIBILIDADE 10.098/2000 E UM DIREITO DE TODOS

A Lei da Acessibilidade foi criada para garantir direitos igualitários assim como possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, mantenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a eles acesso a todos os espaços. A Lei determina regras básicas para que o deficiente tenha condições físicas de conviver e usufruir a vida como qualquer outro indivíduo da sociedade.

Esta lei determina, por exemplo, quais são as normas básicas e gerais para a promoção da acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, como a eliminação de obstáculos em determinadas áreas, a necessidade de adequação de espaços urbanos como portas de locais públicos, rampas de acesso, sinalização visual, ela também impõe os critérios para a adaptação de meios de comunicação e de transporte, assim como determina as regras de construção e reforma. Nesta vertente deve-se considerar que todas as modificações dos espaços físicos urbanos de um município devem respeitar a lei N° 10.098/2000, no entanto é sabido que na prática não é sempre isso que acontece.

Com relação aos ambientes escolares a lei também é válida e mais do que um ambiente de aprendizado a mesma deve oferecer ao aluno deficiente ou não condições de convivência plena em sociedade. De acordo com a lei da acessibilidade, oferecer mobilidade aos portadores de necessidade especiais dentro da escola é garantir acesso igualitário e humanizado.

No que se refere especificamente a acessibilidade na escola, existe no artigo 24 do decreto 5296/2004, especificações direcionadas a esse tipo de instituição, nele fica claro que os estabelecimentos educacionais devem proporcionar condições básicas de acesso, onde os alunos deficientes possam utilizar o mesmo espaço que os demais, sem com isso ser prejudicado ou excluído, o artigo cita, por exemplo, a adequação correta de salas de aulas, auditórios, sanitários, quadras etc.

Atualmente para que um estabelecimento de ensino consiga autorização de funcionamento, é obrigatório o cumprimento de todas essas regras, no entanto muitas instituições que já estão em funcionamento há vários anos simplesmente burlam essas normas, ou fingem desconhecer o que assegura a lei.

4.3 A LBI E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS

A Lei brasileira de Inclusão (LBI – Lei 13. 146/2015) criada em 6 de julho de 2015 e aprovada em 2 de janeiro de 2016, também conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência foi mais um dos novos avanços na luta em favor da inclusão social e cidadania. Com a aprovação dessa lei o conceito de pessoa com deficiência foi alterado no sentido de especificar quem são essas pessoas. A nova legislação considera a pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Art. 2º).

Podemos dizer que a Lei Brasileira de Inclusão conseguiu reformular toda a legislação brasileira, alterando leis que não atendiam ao novo paradigma da pessoa com deficiência ou que simplesmente a excluía de seu escopo. Com a ajuda da sociedade conseguimos alterar, por exemplo, o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, Código Civil, a CLT, pense que em todas essas leis a pessoa com deficiência, de alguma forma, não era assistida - muitas vezes era até excluída.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistiva.

Algo muito importante é que a LBI, também vem para garantir que, nenhuma instituições privada cobre matrícula desse público da Educação Especial será obrigatório a efetivação da matrícula, sendo crime sua negação, outro fato é o direito a profissionais de apoio escolar, objetivando ter uma equipe mais preparada e capaz de realizar um bom atendimento ao estudante na escola, melhorando o rendimento da pessoa com deficiência. Apesar da lei ter trazido muitos avanços, ainda se faz necessário a regulamentação em alguns artigos, entre eles que ela possa prevê a capacitação dos professores para atuarem nessa área.

Com relação ao ensino superior, ela garante que tenha no mínimo 10% de vagas em cursos de graduação, e obrigatoriedade de conteúdos curriculares relacionados à pessoa com deficiência. Nos cursos de engenharia os discentes

deverão estudar sobre o conceito de desenho universal, que traz à tona uma visão mais abrangente do acesso, sem segregações, uma visão que engloba toda diversidade humana, inclusive as crianças, adultos altos e baixos, anões, idosos, gestantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Sendo que o mesmo dispositivo ainda estabelece que e “dever do estado, da família, da comunidade escola e da sociedade, assegura educação de qualidade á pessoa com deficiência colocando a salvo de qual negligencia ou violência”. Portanto, e um grande avanço, pois antes, estes alunos não tinham voz nem espaço, no entanto estas barreiras foram sendo quebradas a partir de uma postura adotada por algumas pessoas da sociedade que se engajaram e tomaram um posicionamento diante dos obstáculos, criaram uma visão que as coisas precisam mudar que todos têm direitos de ter participação no contexto social, se estes sujeitos com deficiência desejam esta inseridos na comunidade porque negar isso a eles. Conforme a Resolução nº2 de Setembro de 2001, onde expressa que:

Art. 3º. Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Porém, o que se deve enfatizar-se e que não basta existir leis e decretos, se não houve uma sensibilidade.É necessário que haja uma atuação para a conscientização da população e juntamente a isso, cabe ao legislador e ao judiciário respectivamente criar políticas públicas e viabilizar assim os direitos humanos fundamentais de todas as pessoas, sem nenhum tipo de distinção. Assim como diz no Art.28 da LBI.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, programar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para

atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Portanto, as políticas educacionais que contemplam a Educação Especial em seus dispositivos legais a inclusão dos alunos com deficiência, são resultado da luta e esforços por parte de educadores, pessoas excluídas da escola por serem deficientes ou por pertencerem a estratos sociais economicamente mais desfavorecidos, bem como pelos seus familiares, pois apesar de ser vários a Educação Especial como um todo ainda precisar avança bastante para podermos ter de fato uma educação de qualidade para nossas crianças.

5. AÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES

Este capítulo se propõe a apresentar questionários respondidos pelas coordenadoras do Centro AEE Hallef Pinheiro Vasconcelos – Breves –Marajó – Pará - Brasil.

Coordenadora “A”

A educação especial é bem ampla, perpassa por várias fases, desde que ela inicia em 1985 no município de Breves agente tem muito histórico disso, que na época eram chamados de classes especiais, então iniciam assim com o **atendimento domiciliar** que é antes da escola, que eles viviam segregados lá naquele ambiente e depois eles passam para a escola, essa era a educação especial da década de 80 no nosso município. Quando a educação especial vem pra cá ,ela vem organizada no modelo da época que era **classe especial**, onde os aluno tinham que estudar separadamente , eles não iam para o processo do ensino regular, o processo de inclusão ainda não estava estruturados, então essa educação especial começou dessa maneira aqui no município, a partir daí com a legislação a política da educação inclusiva o município foi se organizando, agente teve que encaminhar esses alunos lá no ensino regular, então o Decreto nº 6.094/2007, naquela época elas vinham dizer pra nós, que as classes especiais deveriam ser extintas, isso já era 2006 a 2007,só que as escolas ainda não estavam prontas para receberem aqueles alunos da classe especial, nos tínhamos quatro escola com classes especiais, até meados de 2009 desde quando inicia a Educação Especial no município, então esses alunos foram encaminhados aos poucos, eles falavam que o a equipe multidisciplinar tinha que preparar os alunos, infelizmente o processo de inclusão foi ao contrário, a escola não

se preparou para receber, antes o aluno que tinha que se preparar para inclusão, então isso aqui no município ainda aconteceu, a equipe organizava com o aluno fazia uma avaliação pra esse aluno ser encaminhado lá pro ensino regular, supostamente aqueles que agente avaliava que dava para ser inserido no ensino regular em conversa com o diretor ,o professor, a coordenação pedagógica, pra no outro ano eles já irem pra lá, então automaticamente ele ia saindo da Classe Especial. Depois da Resolução nº4, 02 de Outubro de 2009,que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, que diz as salas das classes especiais teriam que ser transformadas em **Salas de Recursos Multifuncionais** e não mais classe especial segregada, essa nova resolução que saiu que o município se organizou com relação a educação especial, acabam com as classes especiais e transformavam numa sala de recursos que é o **Atendimento Especial Especializado o AEE** , hoje funciona no contra turno, então acabou a classes especiais aquela segregação, esses alunos tiveram que estar todos no ensino regular, teve que tirar de lá e fazer a inclusão deles , quer queira quer não, a inclusão teve que acontecer. Da cobrança da legislação, da cobrança de órgãos, de instituições. Então o município ele veio se adequando com relações a essas ações. Aqui em Breves tivemos em 2010 a inauguração desse Centro Hallef Pinheiro e estas ações da educação especial elas passaram a ser executadas pra cá ,que antes era dentro do prédio da SEMED em uma sala ,então essas ações ela vindo pra cá pro Centro Hallef através da coordenação geral e da equipe técnica com pedagogo agente passou a gerir a educação especial dentro do município, então os trabalhos da educação especial são feitos aqui e essa equipe ela composta por professores técnicos, professores da escola, professores que atuam no apoio pedagógico ,professores que atuam na Intinerância, esses são os professores que já compõe a educação especial, professores do atendimento múltiplo, são os professores que atendem lá no AEE que são salas de recursos multifuncionais, então essas ações passaram a ser geridas pelo centro Hallef a partir do ano de 2010 quando vem essa inauguração.

5.1 O perfil dos professores que atuam na educação especial em Breves?

São professores da educação especial que atuam no município, na rede regular de ensino , na sala de recurso multifuncional, tem a nomenclatura que é o

professor do apoio pedagógico, que atuam com alunos com deficiência física ,deficiência intelectual, deficiências múltiplas ,professor da Intinerância eles atuam com alunos surdos ou com surdos cegos, e o professor do AEE atende todos as áreas de deficiências no contra turno, o professor marca um atendimento de no máximo uma hora ou dependendo da organização do professor, alguns professores nesse perfil eles são concursados na rede, essa nomenclatura ela vem do concurso público eles organizaram dessa maneira .Aquele professor que é contratado vai ser organizado dentro da escola, então ele fica lá pra atender independente de qual seja a necessidade do aluno. Então o professor deve ser especialista em Educação Especial e Inclusiva, pedagogo ou ser formado em uma de suas áreas e ser especialista em educação especial ou em educação inclusiva ou em um de suas áreas como LIBRAS-BRAILE, ou LIBRAS o professor tem que ter esse perfil para o atendimento na rede de ensino ao aluno com deficiência.

5.2 Como a SEMED colabora com o Centro Hallef?

Na SEMED fica o técnico, esse ano, que fica responsável por algumas ações da educação especial, com relação a documentos, orientações, então as vezes ele vem aqui senta com a gente pra organizar, e ele está pra qualquer ação da educação especial que é o Raimundo Renato Balieiro Pereira, é técnico na SEMED, a diretora de ensino determinou que ele vai ficar com incumbência só pra esses assuntos, o que chega lá de documentos que é pertinente a educação especial ele vai esta orientando, essa organização de documentos é lá.

5.3 A equipe do Centro Hallef Pinheiro e suas ações?

O Centro é formado por uma equipe multidisciplinar que são os atendimentos que a gente realiza fonoaudiologia, pedagogia, psicologia, fisioterapia, nutrição, terapia ocupacional ,serviço social, nós temos educadores físicos que fazem a parte da equipe do **Programa Multidisciplinar**, e os que trabalham na parte da psicomotricidade que é o **Programa Circuito Psicomotor** ,também atua a equipe multidisciplinar além desse programa nós temos o **PROSSEGUIR: educação, cidadania e arte** que é um programa que foi criado com base na LDB alunos que ficaram muito tempo na classe especial já estavam com uma faixa etária avançada, que não tinham mais acesso ao currículo, passaram pela educação especial ,ficaram toda a sua vida com idade avançada e as famílias não aceitavam na época que eles

fossem para a EJA da noite, com o intuito que este programa foi criado, esse programa é pra vida deles interação social é cultura é lazer, então aqui eles tem as oficinas pedagógicas, eles ensaiam danças, teatros, eles se apresentam em inaugurações, então eles são solicitados pra eventos, então o programa é pra vida deles a autonomia, independência ,a participação social e cultura para esses alunos. Aqui no Centro trabalha também a questão pedagógica com eles, então agente faz as parcerias e eles também tem essas ações com os educadores físicos na parte também do programa, que são duas pedagogas e mais dois educadores físicos, que realizam esse **Circuito Psicomotor** com eles dois dias da semana. Além desse programa nós temos o **AEE pedagógico** , esse ano agente esta oferecendo aqui pelo Centro ,são para aquelas escolas que não tem o AEE não tem a sala, esses alunos estão sendo atendidos aqui, são 11 escolas que nós temos aqui que são 45 alunos atendidos no contraturno do ensino regular, digamos estão lá no Coelhinho Feliz não tem a sala de recursos ou conforme a Portaria do Município ,não completou o número mínimo de aluno que é de seis por turno pra acontecer aquele atendimento na escola, então agente trouxe pro Centro, que tem uma equipe pedagógica de profissionais especializados que vão atender esse alunos, no contraturno, quem estuda pela manhã vem a tarde, quem estuda a tarde vem pela manhã , com base na Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de Setembro de 2001, que institui a Diretrizes para a Educação Especial na educação básica .

5.4 Quais as metodologias adotadas no Atendimento Educacional Especializado no Centro Hallef?

Entrevistada; **Coordenadora “B”**

O aluno quando chega aqui no Hallef os professores fazem uma avaliação diagnostica pra ver o nível de aprendizagem se é silábico, pré-silábico, silábico-alfabético, porque muitos em seu processo de alfabetização ficou comprometido ,então nós utilizamos o PDI que é o **Plano de Desenvolvimento Individual do aluno** que essa primeira parte vem pra todas as informações que a parte que o professor completa com o nome da classe regular, com o coordenador pedagógico, a família, e a segunda parte do PDI vão ser organizadas as ações que serão desenvolvidas para aquele aluno, se ele é um aluno surdo ele vai aprender LIBRAS vai precisar ser alfabetizado a língua portuguesa ,se é um o aluno cego ou com baixa visão vai ter

que adaptar os recursos pra ele ,e lá no PDI vai está pedindo esse recurso adaptados, se é uma prancha de comunicação, os professores vão fazendo planejamento pensando nos alunos.

A **avaliação** deles não é uma avaliação **somativa** é uma avaliação formativa ,continua porque trabalha pra ele poder vencer aquela barreira, se é um aluno autista vai precisar trabalhar com ele a autonomia, então depende muito da deficiência do aluno, a metodologia é bem especifica dentro da limitações do aluno, trabalhar algo mesmo adaptado que venha sanar aquelas limitação do aluno , então o AEE ele veio pra trabalhar a parte de metodologia diversificada adaptada a parte qualitativa, comunicativa a parte social do aluno, e a avaliação como avaliação somativa de dar uma nota, isso já vai lá na parte de sala de aula no ensino regular ,aqui é a avaliação formativa e diagnostica, eles vão analisar especificamente a aqui eles trabalham a prancha de comunicação, trabalham a oralidade, buscando a autonomia dentro disso está trabalhando no Circuito Psicomotor, quem não tem equilíbrio, tem aluno que não tem força muscular, pra trabalhar a escrita fina ,a escrita grossa, pra trabalhar a escrita dele, mas o primeiro ponto e avaliar o nível de aprendizagem dele, a dificuldade dele ,pra poder fazer os recursos pedagógicos que ele precisa.

5.5 A quem é destinado o atendimento no Centro Hallef?

O atendimento no Hallef é pra aquelas escolas que não tem o AEE, uma vez na semana, é uma hora, cada professor tem 10 alunos, e quando é o planejamento eles vão sentar juntos, pra ver que recurso será adaptado pra aquele aluno, não é fazer qualquer recurso, eles vão planejar com a gente que tipo de recurso eles vão adaptar para aquele aluno, Há! Vamos pegar qualquer recurso e utilizar com aquele aluno! Não! Eles vão ver que recurso utilizar com aquele aluno digamos o Pedro e o José, por isso que é importante o **Plano de Desenvolvimento Individual** do aluno que é o documento que todos os alunos do AEE eles têm, e, quem é que faz? Essa função é do professor do AEE, é lá faz a metodologia, se a parte arquitetônica, se a parte pedagógica, se a parte da comunicação em tudo vai está no PDI então eles vão seguir aquele PDI pra trabalhar com o aluno.

5.6 Como acontece a relação entre o Centro e a escola?

A parte prática vamos começar pelo **Registro Diário** ele é o norte do professor ,ele é individualizado, cada aluno tem o seu registro diário ,lá vai tá a atividade adaptada que recurso foi utilizado, em que o aluno avançou, por que é importante o plano diário, porque é o planejamento do professor, e ele avalia e ele vai coloca no relatório do aluno, todo aluno tem seu relatório individual, **PDI** é individual, o plano diário é individual, relatório é individual, lá no **Relatório** tem itens que é um trabalho feito pelos dos professores do AEE, lá tem aspecto cognitivo, aspecto social, a psicomotricidade, dentro do cognitivo vai avaliar esse aluno em todas as matérias, se aluno do bloco, ele vai ver que nível silábico ele está, se digamos do 4º ou 5º ano, também, pra eles não haver uma nota, digamos se for do 6º ano ao 9º, também eles vão analisar o nível desse aluno, todos eles desde a creche, não vai ser usados conteúdos vai mais se utilizar a estimulação da criança, do sentar, do deitar, mais estimulação ,mais os movimentos, já da educação infantil vai envolver tanto a escrita, mais a estimulação do processo inicial da coordenação motora, dessa autonomia ,quando já vem do 4º ao 9º ano, os professores vão vendo as dificuldades, por exemplo numa escola que tem de 6º ano ao 9º ano lá na Escola Miguel Bitar, tem um aluno que tem uma dificuldade dentro da matemática mas ele é ótimo em Língua Portuguesa, ele tem uma psicose, então é muito o olhar do professor em lidar com o aluno, qual a metodologia, entender o aluno, não chamar o aluno de preguiçoso ou que não sabe, é o querer entender do professor o aluno, então é uma metodologia que assim não é difícil, basta o professor ter o seu planejamento e fazer o trabalho com responsabilidade, então daqui eles vão ter que dá uma resposta pra escola ,então dessas 10 escolas que esses alunos eles tem o atendimento no contraturno o professor do AEE ele vai dar uma resposta pra escola, como? Ele vai tá entregando o PDI e o Relatório que ele vai devolver pra escola, a escola precisa saber como foi seu desenvolvimento aqui, no que foi que ele avançou, o que não avançou, o que precisa ser trabalhado na escola ,com os funcionários ,é envolver o todo ,então quem é que vai orientar ele é o professor do AEE, digamos é preciso trabalhar na escola um projeto de LIBRAS ,então vai ter que trabalhar não é só trabalhar a pessoa que tem a deficiência e trabalhar também a pessoa que não tem a limitação pra poder haver a inclusão, exemplo se é aluno surdo então ele precisa aprender LIBRAS e ser

alfabetizado em Língua Portuguesa ,mas também o ouvinte precisa aprender a LIBRAS pra haver a comunicação. É assim que acontece a inclusão.

5.7 Como é feita a avaliação desses alunos?

A **avaliação é continua** por isso que nós temos o relatório, então lá no plano diário que vai colocar em que o aluno avançou, qual a dificuldade que ele percebeu do aluno, esse documento vai pra escola no relatório semestral, assim que se dar esse retorno pra escola, eles vão avaliar todos os alunos e então vão mandar de volta. Quando tem as datas alusivas, por exemplo, recentemente teve a do **Dia Nacional do Surdo**. O AEE ele tem uma missão de desenvolver algum evento, desde que seja pedagógico que vai envolver o aluno, então daqui como foi feito essa metodologia foi simples, pegamos parcerias com uma instituição, dessa instituição fomos lá até essa escolar, e lá trabalharam a LIBRAS por exemplo o alfabeto ,os números, os verbos em cada escola teve duas horas de trabalho durante toda a semana, quando foi no final da semana houve a culminância nas escolas, todas as escolas participam, então, sempre tem uma articulação centro -escola. A escola que tem o AEE que tem esse profissional ele já vai desenvolver lá na escola o Centro ele só vai desenvolver para as escolas que não tem o AEE, só que a gente tem a incumbência de orientar todas as escolas, visitar os AEE's, ver se estão fazendo o PDI ,se eles estão fazendo plano diário, se está tendo a comunicação entre a coordenação pedagógica e os professores, porque o AEE não vai trabalhar sozinho, quem é que vai falar em articulação com o professor? É o coordenador pedagógico, com o AEE com os professores, um trabalho assim tem que ser coletivo.

5.8 Quais as dificuldades na avaliação?

Nós temos algumas falhas, porque tem professores e professores, alguns professores que desenvolvem um bom trabalho fazem seus planejamentos, fazem seu plano de aula, ele realmente faz o PDI, faz a avaliação diagnostica do aluno, agora tem professores que não tem esse olhar para o aluno, então ele vai pegar do colega copiar e colar, então tem muitos que fazem assim, e não temos bons resultados, o Centro uma das missões é essa, orientar o professor de fazer o trabalho correto.

5.9 Tem uma formação ofertada as escolas pelo Centro Hallef?

Na verdade já fizemos aqui na cidade é convidado os coordenadores e os professores que aconteceu no CEDEP, então esse momento de articulação, de conversa, de orientação. Em uma das orientações que tivemos foi sobre a Flexibilização Curricular que foi a Professora Francisca que foi lá ministrar esse palestra, quando não, a gente vai em lócus, vem um ofício da escola e aí acontece esse momento de diálogo.

5.10. O Centro Hallef oferta cursos para os professores?

Não! Ele oferece formação, mas dentro da área que está atuando, até porque a formação do professor de qualquer profissional é incumbência da pessoa, o que o Centro pode dar são orientações, quando acontece formação é dentro da área que vai envolver o aluno, o que nós oferecemos são pequenos cursos, oficinas, mas a formação mesmo é de responsabilidade do profissional ele que é responsável. A gente está correndo atrás na SEMED do curso de LIBRAS, é curso básico na verdade, com os funcionários de lá. Então o AEE eles tem a incumbência de fazer esses cursos na escola e envolver todos os profissionais da escola, esse é o objetivo, claro que ainda não atingiu cem por cento, mas, caminhamos, já temos algumas escolas que já envolvem o todo, exemplos que podemos dar é da Escola Odizia, da escola Santa Mônica, essas são escolas que eles são atuante não pensa só no aluno, mas em todo o corpo docente, todos o corpo técnico, eles envolvem os alunos e funcionários, eles não ficam atrelado esperando pelo Centro, cada escola tem o seu PPP, cada escola tem sua identidade, eles tem que desenvolver o trabalho que está lá no PPP.

5.11 Questionário as professoras que atuam no ensino fundamental.

Professora “A”

Idade: 29 Vínculo: Contratada temporária

Qual sua formação?

Graduada em Pedagogia e especialista em Educação especial

Você participa de alguma formação ou planejamento?

Semanal: Sim! No AEE

Mensal: Não!

Bimestral: Não!

Semestral: Não!

Anual: Não!

Quanto tempo você trabalha na educação especial?

Estou a sete meses.

Atualmente, qual a necessidade especial do(a) aluno(a) que atende?

Ano escolar: 6º ANO Idade: 12 anos CID : 10-F. 84+F 29

Área de deficiência : DI

O que você acha que necessita melhorar para fazer um bom trabalho?

Se necessita mais de recursos, parcerias entre o professor regente e o professor de apoio, pois ainda há uma certa dificuldade.

Professora “B”

Idade: 40 Vínculo: Concursada

Qual sua formação?

Graduada em Ciências Naturais a e especialista em Educação especial

Você participa de alguma formação ou planejamento?

Semanal: Sim! No AEE as sextas – feiras

Mensal: Não!

Mensal: Não!

Bimestral: Não!

Semestral: Não!

Anual: Não!

Quanto tempo você trabalha na educação especial?

Estou a mais de cinco anos .

Atualmente, qual a necessidade especial do(a) aluno(a) que atende?

Ano escolar: 7º ANO Idade: 16 anos CID: F. 80 + G 41

Área de deficiência: Transtorno específico da fala e da linguagem

O que você acha que necessita melhorar para fazer um bom trabalho?

Uma melhor parceria entre a família e a escola.

Professora “C”

Idade: 41 Vínculo: Efetivo

Qual sua formação?

Graduada em Pedagogia, LIBRAS a Educação para surdos

Você participa de alguma formação ou planejamento?

Semanal: Sim! No AEE.

Mensal: Sim! Da escola.

Bimestral: Não!

Semestral: Não!

Anual: Não!

Quanto tempo você trabalha na educação especial?

Estou a doze anos.

Atualmente, qual a necessidade especial do(a) aluno(a) que atende?

Ano escolar: 6º ANO Idade: 18 anos CID : I. 79 + O

Área de deficiência: Surdez

O que você acha que necessita melhorar para fazer um bom trabalho?

Capacitação na área de LIBRAS para professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca da superação do estágio de subdesenvolvimento do país, as políticas públicas estão sendo direcionadas para a modernização de todos os setores da sociedade. Para tanto, investe-se maciçamente na tecnologia, buscando com isso atingir estágios superiores de desenvolvimento das forças produtivas e da organização política e social. Investe-se também na formação da opinião pública com o objetivo de disseminar uma nova cultura, um ideal de modernidade, sendo o computador e toda a tecnologia assessória o símbolo dessa nova era.

É dentro dessa lógica que o ensino fundamental voltados para as pessoas com deficiência chegam à escola, este modelo já é uma realidade em muitas escolas brasileiras em especial aqui em Breves no Município e que trabalha para e pela Inclusão. E a tendência é que a inclusão dessas Ações nas escolas dissemine-se com maior velocidade a partir dos programas nacionais e estaduais voltados as pessoas com deficiências, na Educação, já em fase de implementação, e que pretendem implantar em Breves ações sociais voltadas para esta clientela. É como se bastasse a presença das pessoas que todos os problemas brasileiros, quer econômicos, quer sociais, quer educacionais, fossem solucionados.

Tais inovações ainda estão entrando na escola sem uma proposta pedagógica gerada a partir de um estudo sistemático de alguns professores que fazem da comunidade escolar envolvida; as direções das escolas estão usando essa tema como marketing, como forma de atrair maior número de alunos; e os professores, os principais responsáveis pelo uso desses instrumentos em sala de aula, não sabem como lidar com eles nem como explicar em suas aulas. A saída então é confinar as máquinas num laboratório e atribuir a um número muito restrito de professores - quer sejam técnicos ou não.

A educação especial precisa de mais atenção dos nossos governantes com capacitação desses profissionais que assim se sentirão mais seguros em suas práticas em sala de aula seria muito bem vinda esse olhar, de apoio aos professores com investimentos.

ANEXOS

IMAGEM 1:Antigo prédio do CAEE Hallef Pinheiro



Fonte: fabriciotjlibras.blogspot.com

IMAGEM 2: Novo prédio do CAEE Hallef Pinheiro, alugado pela SEMED.



Fonte: facebook.com

IMAGEM 3: Ação em alusão ao Dia do surdo



Fonte: Facebook.com- SEMED/Breves-PA

IMAGEM 4: Atendimento hidroterápico, aos alunos com diagnóstico de paralisia cerebral



Fonte : amam-marajo.org

IMAGEM 5: Equipe Multidisciplinar do CAEE Halleff Pinheiro



Fonte: Facebook.com-SEMED/Breves-PA

IMAGEM 6 -7-8: PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS INCLUSOS EM EVENTOS



Fonte: Anderson Balieiro/2015



IMAGEM 9: Escola Lauro Sodré - Uso de recursos midiáticos como facilitador da disciplina de ciências na sala de aula ,para o aluno incluso.



Fonte: Vânia Almeida/2015

IMAGEM 10: Escola Lauro Sodré; ensaio para o “forrozinho” com um aluno incluso.



Fonte: Vânia Almeida/2015

IMAGEM 11-12-13:

Adaptação arquitetônica na escola Miguel Bitar ,rampas na porta da sala,Corredores e banheiros adaptados a cadeirantes



Fonte: Vânia Almeida/2017



Fonte: Vânia Almeida/2017

Imagem 14-15: Alguns problemas de acessibilidade em uma escola pública de Breves



Fonte: Vânia Almeida/2018

MODELO DE RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO HALLEF PINHEIRO VASCONCELOS		
		
CENTRO EDUCACIONAL DA ILHA DO MARAJÓ - CEDIM		
		
Breves-Pará 2018		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
HALLEF PINHEIRO VA&ONCELO&

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: CENTRO EDUCACIONAL DA ILHA DO
MARAJÓ – CEDIM.

ENDEREÇO: PASSAGEM 1º DE MAIO S/N.

BAIRRO: CENTRO.

DIRETORA: QUÉSIA RAQUEL FONSECA.

VICE-DIRETORA: ALDINEI DO SOCORRO MIRANDA DOS REIS FERREIRA.

COORDENADORA PEDAGÓGICA: MARIA ODIMERE ANDRADE DA SILVA.

PROFESSOR DE APOIO PEDAGÓGICO: EDILSON MOURA DE SOUZA.

PROF. (A) ITINERANTE:

PROFESSORA DA CLASSE REGULAR: ANNE DE OLIVEIRA DA SILVA.

PROFESSORA DO ATENDIMENTO MÚLTIPLO: ANDRESA SÁ BORGES.

PERÍODO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO: DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018 À
31 DE JANEIRO DE 2019.

Breves-Pará
2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
RALLEY PINHEIRO VASCONCELOS
IDENTIFICAÇÃO DA ALUNA

NOME:

IDADE: 12 ANOS.

POSSUI LAUDO MÉDICO? SIM - CID 10-F90.

ÁREA DE DEFICIÊNCIA: DI.

SÉRIE/ANO: 5º ANO DO FUNDAMENTAL – MANHÃ



Breves-Pará
2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
RALLEY PINHEIRO VASCONCELOS

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL DA ALUNA

A aluna [] estuda na Escola Municipal de Ensino Fundamental - Centro Educacional da Ilha do Marajó – CEDIM, na turma do 5º ano do fundamental (manhã) CID 10-F90 apresenta déficit de aprendizagem. Participa e demonstra interesse pela rotina escolar, está envolvida nas atividades pedagógicas, tem um bom relacionamento com os colegas da turma, demonstra prazer em participar da rotina escolar e das atividades que lhes são propostas.

1- ASPECTO SOCIO-AFETIVO

A aluna manteve um bom relacionamento com professores e colegas da escola mostrando- se mais interessada, participativa na realizações das atividades, sendo cuidadosa com seu material, capricha nas suas atividades.

2- ASPECTO CONGNITIVO

Com base nas observações deste 4º bimestre a aluna continua apresentando dificuldade na leitura, não ler textos, apenas consegue lê palavras simples e algumas palavras complexas.

3- ASPECTO PSICOMOTOR

Demonstra equilíbrio em situações onde requer habilidades de colagens, pinturas, desenhar, entre outros. Sempre que tem dúvidas nas atividades a aluna é auxiliada pelo(a) professor(a), a mesma participou da gincana recreativa que a escola promoveu no mês de outubro de 2018, participando das atividades: cabo de guerra, bandeirinha, corrida do ovo, queimada, corrida dos cinquenta metros, entre outras.

4- DIFICULDADES APRESENTADAS

Continua apresentando dificuldade na leitura, precisa de intervenção sempre do professor de apoio ou professora da turma regular nas atividades que lhes são propostas em sala de aula.

5- INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Foram desenvolvidas atividades de acordo com o conteúdo planejado pela professora do ensino regular. Atividades das famílias silábicas, para que

Breves-Pará
2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
HALLEY PINHEIRO VASCONCELOS

aluna se aproprie da leitura, palavras simples e complexas, figuras, frases e pequenos textos.

6- AVANÇOS APRESENTADOS

A aluna apresentou avanços significativos na leitura, já conseguindo lê palavras simples e algumas complexas, teve um bom comportamento e sabe aguardar sua vez.

7- ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Esperamos que sua família continue ajudando e apoiando a aluna em seu acompanhamento escolar para que continue tendo um melhor desempenho, pois sua mãe quando é chamada a vir até a escola não mede esforço, vemos que a mesma se interessa pela aprendizagem de sua filha, vindo trazer a mesma na escola, procurando saber sobre seu aprendizado, comportamento, atividades extra classe e compromissos.

8- APOIO AS REDES DE ATENDIMENTOS

Segundo sua mãe a mesma recebia atendimento uma vez por mês em Belém, mas neste 4º bimestre a aluna não viajou.

9- ORIENTAÇÕES PARA O PROXIMO BIMESTRE

_____ é uma criança muito esperta, inteligente e curiosa por novas descobertas. Que continue a trabalhar a leitura para a que a mesma tenha pleno domínio na leitura. Conta com ajuda do(a) professor(a) para produzir pequenas frases. Gosta muito de desenhar e pintar, consegue entrar com facilidade no mundo do imaginário, precisa ser trabalhado diariamente com a mesma leitura com sílabas simples e complexas.

PROFESSOR (A) REGENTE

PROFESSOR(A) DE APOIO PEDAGÓGICO

Coordenação pedagógica

Breves – Pará, em: 31 de Janeiro de 2019.

Breves-Pará
2018



Universidade Federal do Pará
Faculdade de Educação e Ciências Humanas
Campus Marajó-Breves
Pedagogia -2013

Pesquisa p. TCC

**Tema: A EDUCAÇÃO E CULTURA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM
BREVES-PA: O TRABALHO DOCENTE NA CLASSE REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Discente: Maria do Socorro Gomes e Vânia Lúcia Almeida

Idade:_____ Sexo:_____ Vinculo:_____

Qual sua formação?

Você participa de alguma formação ou planejamento?

Semanal:_____

Mensal: _____

Bimestral:_____

Semestral:_____

Anual:_____

Quanto tempo você trabalha na educação especial?

Atualmente, qual a necessidade especial do(a) aluno(a) que atende?

Ano escolar:_____ Idade:_____ CID :_____

Área de deficiência:_____

O que você acha que necessita melhorar para fazer um bom trabalho?

REFERÊNCIAS

_____, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html Acessado em: 11/02/2019

_____, DECRETO nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estado, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 19/06/2019

_____, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acessado em: 20/06/2019

_____, LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acessado em: 20/06/2019

_____, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acessado em: 20/06/2019

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora da virada. In: **Revista Inclusão**, 1 ed., p. 25 -29 – Brasília. 2005.

FOSSI, Giovana de Cássia Gonçalves. **NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E A INCLUSÃO ESCOLAR**. Trabalho de conclusão de curso. Capivari de Baixo (SC), setembro de 2010. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-Cassia-Goncalves-Fossi.pdf> Acessado em 20/06/2019

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID, 2008. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acessado em: 20/06/2019

LOBATO, Huber Kline Guedes. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BREVES-PARÁ: DE 1985 A 2018**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019
CNE

_____, Resolução CNE/CEB Nº 02, de 11 de Setembro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 19/06/19.

_____, Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de Outubro de 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceboo4_09.pdf. Acesso em 10/06/2019.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial**: história, etiologia, conceitos e legislação vigente In /RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MARANHE, Elisandra André: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental** / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf Acessado em: 20/06/2019

SILVA, Cleidiane de Oliveira. **A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PONTOS E PASSOS**. III CONEDU: Congresso Nacional de Educação, s.d. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID1304_11082016230920.pdf Acessado em: 20/06/2019

SILVA, Otto Marques da. **A EPOPÉIA IGNORADA**: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje São Paulo--CEDAS, 1987.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente**: desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo. Martins Fonte, 2007